



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682375 - BA (2021/0232427-3)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : VICTOR AUGUSTO SCHEUER PEREIRA  
**ADVOGADO** : VICTOR AUGUSTO SCHEUER PEREIRA - SC053853  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
**PACIENTE** : JERRI ADRIANO DE OLIVEIRA HORA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JERRI ADRIANO DE OLIVEIRA HORA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8016811-49.2021.8.05.0000).

O paciente foi preso preventivamente, em razão da suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal.

O impetrante defende que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz a ausência de contemporaneidade, bem como de fundamentação baseada em dados concretos no decreto preventivo, ressaltando ter sido proferido 2 anos e 8 meses após os fatos.

Afirma que os predicados pessoais do paciente lhe permitiriam responder o processo em liberdade.

Pondera, por fim, a impossibilidade de complementação dos fundamentos do decreto prisional pelo Tribunal.

Requer, liminarmente, seja permitido ao paciente aguardar em liberdade o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a revogação da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 257-262):

*Portanto, constata-se que o referido encontra-se decum suficientemente fulcrado em elementos concretos de convicção, até porque a Lei não exige que esteja exaustivamente fundamentado, bastando que seja demonstrada a presença dos requisitos legais para custódia cautelar, como ocorreu na hipótese em que, sub examine inclusive, foi apontada na mencionada decisão a fuga do acusado e a gravidade em concreto do delito, afastando a incidência de outras medidas cautelares diversas da prisão.*

*Quanto à alegação de ausência de*

*contemporaneidade da preventiva, vê-se que embora envolva fato praticado no dia 11/01/2013, bem como que o Decreto Cautelar tenha sido proferido em 17/09/2015, somente em 22/05/2021 o mesmo foi devidamente cumprido, pois o paciente se encontrava foragido, considerando que não foi encontrado no dia 15/10/2015 para ser citado, tendo o Oficial de Justiça informado que “segundo informações da mãe dele, ele encontra-se em lugar incerto e não sabido”.*

*[...].*

*Assim, constata-se também que, durante as investigações policiais, as diligências realizadas visando localizá-lo, restaram infrutíferas, havendo informações de que ele desapareceu justamente após o homicídio, tendo a autoridade impetrada esclarecido em suas informações que informado que o paciente somente veio a ser localizado muito tempo depois, em 22/05/2021, por ter sido “preso em flagrante por outro delito”.*

*Embora se reconheça a possibilidade, em tese, de o paciente vir a responder o processo em liberdade, caso apresente novos elementos que evidenciem que não mais subsistem os motivos que ensejaram sua prisão, a sua situação atual é de réu foragido que foi forçado a comparecer em juízo em face de sua captura e consequente cumprimento da custódia cautelar que lhe fora decretada, o que demonstra a contemporaneidade da medida ante a essencialidade atual da custódia a afastar, inclusive, a aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão.*

*Outrossim, no que se refere aos requisitos necessários para tal prisão que se confia ao Magistrado aquilatar da , deve-se destacar presença de requisito à denegação da liberdade provisória, posto que possível, inclusive, a decretação da prisão preventiva, independentemente das qualidades do agente, pois ele vive os acontecimentos, como se fora um termômetro pode medir a tensão coletiva. E, por isso, é que a lei lhe confere certa discricionariedade, no particular.*

*[...].*

*No caso dos autos, verifica-se que a custódia do paciente encontra-se fulcrada na necessidade de garantia da ordem pública ante a gravidade em concreto do delito e para assegurar a aplicação da lei penal ante a fuga do paciente, o qual é acusado da prática do crime de homicídio mediante a utilização de arma de fogo, além de que somente foi capturado após ser preso em flagrante pela prática de outro crime, evidenciando, com isso, o risco de reiteração delitiva.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência